

ACORDO INTERNO DE TRABALHO

NO MEIO DAS FÉRIAS, FUNDAÇÃO ROMPE DIÁLOGO COM APROPUC

No dia 5/7, a Fundação São Paulo enviou carta à APROPUC afirmando que a mantenedora "não vê sentido na negociação e assinatura de um novo acordo interno de trabalho, uma vez que os direitos da categoria já estão assegurados [pela convenção coletiva do Sinpro-SP]". A Fundação justifica sua atitude afirmando que, apesar de todos os seus esforços não conseguiu concretizar a assinatura de um acordo sobre os atrasados de 2005, o que, com a entrada da APROPUC na Justiça, poderá trazer graves prejuízos para a instituição (veja íntegra do documento na página 3).

A APROPUC respondeu em carta aberta à Fundação reafirmando a sua disposição em negociar os reajustes salariais e mostrando estranheza pelos argumentos apresentados pelos secretários executivos: "A mais preocupante novidade de vossa missiva consiste em explicitar uma atitude avessa à negociação. Não é, absolutamente, o nosso caso. Nossa atuação permanece pautada pelo respeito entre as partes e pelo empenho por soluções negociadas para conflitos que consideramos inerentes a uma profícua convivência universitária".

(veja íntegra da carta na página 2).

Depois de concluídas as negociações sobre a dívida de 2005, com o recurso da APROPUC ao Judiciário e a apresentação de uma "proposta" individual aos professores por parte da Fundação São Paulo, a APROPUC insistiu na retomada das negociações do acordo interno (denunciado pela Fundação ao seu término em 28/2).

A entidade esperava que, como ocorria tradicionalmente, o acordo em vigência ficasse prorrogado até que um novo texto fosse acordado entre as partes.

POSIÇÃO DO REITOR

A APROPUC solicitou ao Reitor para que as negociações sobre o Acordo Interno fossem encaminhadas. O professor Dirceu de Mello mostrou-se favorável à reivindicação dos professores (de manutenção na íntegra do acordo interno de 2009), explicitando que marcaria reunião junto aos secretários-executivos para discussão e aprovação da proposta.

Porém, depois de várias semanas de espera, o Reitor informou que não conseguiu marcar a reunião, sugerindo que a APROPUC

agendasse diretamente com os secretários da FUNDASP e ele participaria na data estipulada.

No dia 5/7, os secretários-executivos da FUNDASP comunicaram a APROPUC a negativa de encaminhamento do Acordo Interno, frisando que, a partir deste ano, os professores estariam enquadrados na convenção coletiva do Sinpro-SP.

CONQUISTAS HISTÓRICAS

Os professores da PUC-SP, através da APROPUC, vêm desde a fundação da entidade garantindo acordos internos de trabalho superiores àqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. Esses acordos se transformaram inclusive em referência para outros sindicatos de professores em todo o país, uma vez que avançavam em cláusulas que regulamentavam as condições de trabalho, bem como introduziram nas relações trabalhistas com a mantenedora cláusulas como a licença-paternidade, que só mais tarde seriam incorporadas pela legislação federal.

O rompimento das negociações, por parte da FUNDASP, revela um retrocesso nas condições de trabalho poucas vezes visto na

história da universidade.

Entre várias perdas sofridas pelos professores, hoje eles não contam mais com a garantia de adiantamentos salariais ou ajuda de custo para aulas fora do campus, por exemplo. Também a bolsa para qualificação acadêmica, no Brasil e no exterior, não consta do texto da Convenção. O período de estabilidade anterior à aposentadoria passa a dois anos, antes eram três (veja um quadro completo das perdas da categoria na página 4). Excepcionalmente o Consad (Conselho de Administração) resolveu manter o auxílio-escola para os filhos de docentes até sete anos e a complementação salarial em casos de afastamento por doença.

Mesmo assim, as perdas da categoria são muito grandes e a APROPUC marcou nova reunião com o Reitor no dia 27/8, para discussão sobre o Acordo Interno de Trabalho. A diretoria da entidade espera que o reitor possa encaminhar a reabertura das discussões, uma vez que considera a recusa da FUNDASP em tratar desse assunto com a APROPUC um procedimento grave que rompe com o processo de negociação coletiva, historicamente construída na PUC-SP.

Carta aberta à Fundação São Paulo

Revmos. Padres João Julio Farias e José Rodolpho Perazzolo

Secretários Executivos da Fundação São Paulo

A carta assinada por Vs. Revmas. e datada de 05 de julho de 2010, com o significativo timbre, no final, da Consultoria Jurídica da PUC-SP, não é totalmente desprovida de ambiguidades e equívocos a respeito de fatos recentes, além de expressar uma concepção arcaica sobre os conflitos sociais, especialmente no que se refere às relações internas ao mundo universitário.

A) O item 1 exprime reprovação por termos recorrido ao Judiciário para assegurar o pagamento dos atrasados de 2005 e dá a entender que este é um dos motivos pelos quais não haverá negociação de novo acordo interno de trabalho. Por que esta súbita aversão pelo recurso ao Judiciário da parte de quem não hesita em recorrer a ele, especialmente para exercer, de modo cristalino, posições patronais? Por que insistir na versão de que a APROPUC não negociou se esta Associação aceitou, em outubro de 2009, proposta apresentada (e depois suprimida) pela FUNDASP/PUCSP? E, respaldada

por decisão de assembléia, da qual participou o Magnífico Reitor, dois dias antes que prescrevesse o prazo da negociação, propôs que este fosse prorrogado por dois meses? A APROPUC negociou, propôs e propõe a reabertura de negociações, inclusive, caso estas prosigam a contento, com a retirada da demanda judicial. O que não fez nem fará é abandonar seus compromissos com a defesa do mais elementar direito dos trabalhadores dentro e fora da PUC-SP: receber pelo que trabalharam, preservando-se inclusive o percentual devido de 7,66%.

B) Estabelecido um conflito nas relações de trabalho, é estranho que uma das partes declare que "já concedeu (sic) dois benefícios de extrema relevância" e que "necessidades" da outra parte foram contempladas; e simplesmente conclua pela desnecessidade de negociação de Acordo Interno de Trabalho. Não nos agrada sermos tratados como dependentes. O documento, no seu todo, vai à contramão das lutas democráticas que fizeram da PUC-SP uma grande universidade

C) Esta PUC-SP se fez com atitudes ousadas de seus professores, estudantes e funcionários administrativos; não com a passividade e o conformismo. Com o avanço da luta democrática nos planos acadêmico e trabalhista e não com a des-

qualificação de quem desobedece. Enfrentando invasão policial e não considerando a questão estudantil um caso de tropa de choque. Atraindo gente de todos os rincões geográficos, sociais e acadêmicos, e não promovendo uma enxurrada de demissões, com imensos transtornos humanos e sangria cultural. Com um ambiente acadêmico e trabalhista estimulante e não regimes probatórios intermináveis, que, associados à famigerada maximização, tornam as atividades docentes um fardo pesado de carregar e transformam boa parte desta universidade em um ponto de passagem: são incontáveis os bons professores que abandonam esta universidade.

D) A APROPUC não apenas se preocupa com o destino desta universidade como tem participado, desde o início, da construção do que esta possui de melhor, inclusive no plano acadêmico. Portanto, não nos incomoda o surrado argumento patronal de que, ao ingressar na Justiça, podemos ameaçar a "sobrevivência da instituição". Justamente porque nos preocupamos com esta sobrevivência, reivindicamos um debate mais amplo e profundo sobre os rumos que a PUC-SP trilha sob a batuta de Vossas Revmas. Compartilhamos os receios de amplos segmentos desta universidade de que, sem este

debate, sigamos ladeira abaixo, no que se refere a contrato de trabalho, democracia interna, pressão para que cursos se tornem rentáveis ou se contraíam (ou simplesmente desapareçam) e as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) fiquem inteiramente subordinadas ao cálculo financeiro. Pior: o próprio rumo que Vs. Revmas. imprimiram à questão dos atrasados salariais, além de socialmente penoso, parece-nos financeiramente pouco claro, pois atrela perigosamente esta universidade a empréstimos bancários. Um pouco de transparência a este respeito e, mais ainda, da situação financeira da universidade, após a considerável sangria social e humana que lhe foi imposta, seria muito bem-vinda.

E) A mais preocupante novidade de vossa missiva consiste em explicitar uma atitude avessa à negociação. Não é, absolutamente, o nosso caso. Nossa atuação permanece pautada pelo respeito entre as partes e pelo empenho por soluções negociadas para conflitos que consideramos inerentes a uma profícua convivência universitária.

Atenciosamente,
Diretoria da APROPUC

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br
– **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Luana Lila

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victória C. Weischtordt

Carta da Fundação S. Paulo à APROPUC sobre Acordo Interno

Senhores,

Em resposta ao Of. 005/2010 dessa Associação, datado de 30 de julho de 2010, o qual solicita uma reunião para tratar da renovação do Acordo Interno de Trabalho, temos a manifestar o quanto segue:

1. Considerando que, apesar de todos os esforços da FUNDASP e da PUC-SP em negociar o reajuste de 2005 dos professores, essa APROPUC solicitou ao Sindi-

cato os Professores de São Paulo - Sinpro-SP a proponentora de Ação Trabalhista em face da FUNDASP, ação essa que, se julgada procedente, comprometerá, em muito, a subsistência da Instituição;

2. Considerando, também, que o SINPRO-SP assinou a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria com muitos avanços, no que se refere às Cláusulas Sociais, contemplando os pleitos e as necessidades dos professores;

3. Considerando, por-

fim, que o Conselho de Administração da PUC-SP - CONSAD, reconhecendo o caráter social de algumas demandas apresentadas pelos professores, já concedeu dois benefícios de extrema relevância para a categoria, quais sejam o auxílio escola e a complementação salarial por acidente e doença.

A FUNDASP, por intermédio de seus Secretários Executivos e Procuradores, vem informar que não vê sentido na negociação e assinatura do novo Acordo

Interno de Trabalho com o SINPRO-SP, tendo a APROPUC como anuente, vez que já estão garantidos os direitos da categoria.

Sendo o que nos competia para o momento.

Atenciosamente,

João Júlio Farias Junior
Secretário Executivo
da Fundação São Paulo

José Rodolpho Perazzolo
Secretário Executivo
da Fundação São Paulo

Novos salários: em agosto fique de olho em seu holerit

As entidades representativas de professores e funcionários administrativos, Sinpro-SP (Sindicato dos Professores de São Paulo) e Saaesp (Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar) assinaram um acordo salarial com as instituições mantenedoras que prevê um reajuste de 5,5% em relação a fevereiro/2010.

Este índice, porém, será pago escalonadamente até janeiro de 2011, às vésperas do novo acordo salarial das categorias.

Até agora os salários de professores e funcionários foram acrescidos de 4%, porém, como acordo foi firmado em maio,

várias escolas começaram a reajustar os salários no próprio mês de maio, quando o acordo prevê reajuste desde março/2011. Assim, a diferença dos meses que ficaram sem reajuste deverá ser feita até 20 de agosto.

No caso da PUC-SP, que começou a reajustar em abril, o montante é de 4%.

Também até o dia 20 de agosto deverá ser pago um abono de 5%, não incorporável ao salário. Já no salário do mês de setembro professores e funcionários terão nos seus vencimentos mais 1%, restando ainda 0,5% que serão incorporados no salário de janeiro de 2011.

Consad realiza reuniões também nas férias

Durante o período de férias, ocorreram duas reuniões do Conselho de Administração (Consad). No dia 1/7, foram aprovadas as reformas curriculares dos cursos de Serviço Social, Jogos Digitais, Enfermagem e Bacharelado em Sistemas de Informação. Essa reforma, no entanto, valerá apenas para as turmas que já estão matriculadas, pois os cursos terão que reformular suas grades para 2011 para diminuir ou acabar com o déficit.

No dia 13/7, a principal decisão dos gestores da universidade foi a renovação de uma série de contratos temporários de docentes da universidade, por tempo determinado.

Também foram realiza-

das uma série de contratações de professores em caráter emergencial, também com contratos temporários.

Mais uma vez fica evidente o caráter mercantil que tem guiado a administração da universidade e a falta de vínculos sólidos nas relações trabalhistas entre docentes e a PUC-SP.

Os gestores só optaram por contratações definitivas quando não tinham outra saída.

Também foi aprovada a verba de R\$ 100 mil para reforma do espaço físico das salas dos programas de pós-graduação, no quarto andar. O objetivo dos gestores é fazer a reforma em 15 dias, antes das avaliações institucionais do governo.

O que os professores perdem sem o acordo interno de trabalho

Abaixo publicamos um quadro comparativo entre o Acordo Interno de Trabalho da PUC-SP (que não foi renovado pela Fundação São Paulo e a Convenção Coletiva do Sinpro-SP, aprovada em 2010)

ACORDO INTERNO DA PUC-SP DE 2009	CONVENÇÃO COLETIVA DO SINPRO-SP 2010
REGIME CONTRATUAL: O Contrato é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, composto por horas de docência, pesquisa e extensão. Os contratos devem ser estabelecidos por prazo indeterminado.	Não Contemplado
PROFESSOR SUBSTITUTO: Ficam garantidos entre outros: Benefício da gratuidade previsto na cláusula 22 do presente acordo interno, restrito ao período do contrato de substituição; participação em processos de seleção para outras substituições, dentro do limite da carga horária máxima (40 horas).	Não Contemplado
RELAÇÃO DIRETA DE EMPREGO: Fica vedada a contratação de Professor como autônomo, temporário ou através de empresas prestadoras de serviços, exceto para atender demandas de convênios	Não Contemplado
ADIANTAMENTO SALARIAL: Fica assegurado aos Professores o pagamento de antecipação mensal de salário de até R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a ser pago até o dia 20 de cada mês, sempre que solicitado dentro do prazo.	Não Contemplado
DESCANSO SEMANAL REMUNERADO: será calculado a razão de 1/6 (fração da semana) sobre 5 (cinco) semanas.	Não Contemplado
ATIVIDADE EM OUTROS MUNICÍPIOS: pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do salário. No município de Barueri a Fundasp pagará despesas de transporte e alimentação.	Adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total de sua remuneração no novo município. Esta cláusula não se aplica aos município conurbados.
ADICIONAL TEMPO DE SERVIÇO: 5% a cada 5 anos trabalhados até o máximo de 15 anos.	Não Contemplado
REFEIÇÃO PADRÃO Fica assegurado aos Professores com T.I., desconto de 50% no custo mensal da refeição padrão dos Restaurantes Universitários	Não Contemplado
DIRETORIA DA APROPUC: terá estabilidade no emprego durante 2 anos de mandato. Fica assegurada à diretoria da APROPUC até 40 horas de licença sem vencimentos distribuídas entre os diretores, durante a vigência de seus mandatos.	Não Contemplado
DESCONTO EM COLÉGIO PARTICULAR : Fica estabelecido processo contínuo de negociações junto às escolas com as quais a Fundação São Paulo já mantém parceria (São Paulo e Sorocaba) para a concessão do desconto mínimo de 20% de bolsa para filhos de Professores.	Não Contemplado
ADICIONAL AUXÍLIO-ESCOLA: reembolso no valor de até R\$ 353,50 (das mensalidades, para cada filho de professor, até completar 7 anos de idade. (Esta cláusula foi mantida temporariamente pelo Consad)	Não Contemplado
ESTACIONAMENTO: direito a utilizar o estacionamento conveniado com a FUNDASP através de selo/convênio, de acordo com o Contrato de trabalho acrescido de 25%	Não Contemplado
COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL POR ACIDENTE OU DOENÇA: I do 1º ao 6º mês de afastamento de 100% da diferença entre o benefício previdenciário ou aposentadoria e o salário do professor. do 7º ao 12º mês de afastamento de 50% da diferença entre o benefício previdenciário ou aposentadoria e o salário do professor. (Esta cláusula foi mantida temporariamente pelo Consad)	Segue a CLT
LICENÇA ACADÊMICA PARA QUALIFICAÇÃO NO EXTERIOR: O Professor poderá solicitar licença remunerada de suas atividades acadêmicas, com o objetivo de qualificação docente.	Não Contemplado
LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA : Professores efetivos que não participam do Programa FAP-CEPE-PUC-SP terão direito à licença total das atividades acadêmicas, com remuneração correspondente a 01 salário mínimo, pelo período máximo de 24 meses para a elaboração de dissertação ou tese.	Não Contemplado
LICENÇA POR DOENÇA DE FILHOS E CÔNJUGE: licença remunerada de até 30 (trinta) dias para o caso de doença grave dos filhos e cônjuge dos Professores	Não Contemplado
LICENÇA PATERNIDADE: 07 dias úteis, quando do nascimento de filho.	05 dias úteis
LICENÇA PARA FUNÇÃO PÚBLICA: Professores efetivos, com pelo menos 3 anos de atividades na Universidade, eleitos ou nomeados para cumprimento de mandato ou função pública.	Não Contemplado
GARANTIA AO PROFESSOR EM VIAS DE APOSENTADORIA: Ao Professor que estiver no máximo a 36 meses da aquisição do direito à aposentadoria, especial ou não, e que contar com o mínimo de 5 anos de trabalho na FUNDASP fica garantida a estabilidade no emprego.	Garantida ao professor que estiver a vinte e quatro meses da aposentadoria
AVISO PRÉVIO: Além do prazo de aviso prévio previsto na legislação ordinária, serão acrescidos 3 dias a cada ano de trabalho a todos os Professores demitidos sem justa causa de acordo como precedente TRT/SP 009 e TST 076. Para o Professor com mais de 45 anos de idade fica assegurado um acréscimo ao aviso prévio de, no mínimo, 15 dias	Não Contemplado
BOLSAS DE ESTUDO - Para si, seus filhos ou dependentes, para cursos de graduação, pós-graduação e Cogeae. Até 20 horas com contrato de tempo parcial - Conforme convenção coletiva. Para professores com tempo parcial de 20 horas até tempo integral duas gratuidades concomitantes nos cursos especificados acima. Filhos de professores tempo parcial de 20 horas até tempo integral de 40 horas - duas gratuidades. Cogeae com 50% de desconto, limitadas a 20% das vagas no latu sensu.	Limite de 25 anos para os filhos terem direito a bolsa. Limite de duas bolsas, sendo que cada bolsista não pode usufruir de mais de uma. Em caso de demissão, as bolsas ficam garantidas até o final do período letivo. As bolsas de pós scritu sensu serão limitadas a no máximo 30% das vagas de cada curso. No latu sensu não haverá limite de vagas. As dependências serão pagas pelo bolsista.

Consun debate justaposição de contratos docentes

O Consun (Conselho Universitário) reuniu-se depois do término das aulas, no dia 30/6, e ensaiou algumas discussões importantes. A primeira delas foi proposta pelo conselheiro Edson Paseti (já há três sessões) e envolvia a chamada justaposição de contratos, ou seja, a existência de duas salariais. Em 2007 a Fundação São Paulo e a Reitoria criaram uma segunda tabela de vencimentos, com valores menores, à qual estariam sujeitos os professores ingressantes e aqueles que mudam de categoria funcional. Os professores que não ingressaram ainda nesta tabela permanecem na antiga (veja matéria nesta página).

A relatora do processo, professora Alexandra Geraldini, levantou alguns problemas para a solução da questão, como a demorada tramitação de um estudo sobre contratos que não chega aos conselhos. Segundo a professora, o enfrentamento da justaposição enfrenta problemas jurídicos e econômicos.

Assim a professora propôs a formação de uma comissão do Consun que se aproprie dos resultados a que chegou a comissão de 2009, que estudou os contratos de trabalho. Em segundo lugar que esta comissão avalie a saúde financeira da universidade.

Os funcionários também lembraram que enfrentam o mesmo problema em relação ao seu plano de cargos e salários e solicitaram a inclusão de um representante de sua categoria na Comissão. Assim foi escolhido o funcionário Reynaldo Machado, da ARII (Assessoria de Relações Internacionais e Institucionais), juntamente com o

professor Fabio Gallo para representarem o Consun. A Comissão será acrescida de dois representantes da Reitoria e dois da Fundação São Paulo e terá um prazo menor para debate das questões mais urgentes (até setembro quando vence novamente a maximização) e um prazo mais longo para as questões mais difíceis.

COORDENADORIAS

Outro tema da pauta que poderia causar muita polêmica era o referente à aprovação das novas Coordenadorias Acadêmicas. A discussão, porém foi adiada, uma vez que vários conselheiros pediram para examinar melhor os projetos aprovados no Cepe (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), referendando cada candidato.

Durante a discussão ficou claro que algumas coordenadorias, especialmente a Coordenadoria de Estágios, merecerão discussão especial, pois a votação no Cepe foi polêmica.

No Consun, alguns conselheiros insistiam em que a vontade do Cepe deveria ser respeitada. Outros argumentavam que o Consun é soberano para decidir sobre todas as questões acadêmicas da universidade. Até nova decisão fica valendo a nomeação pró-tempore dos atuais coordenadores.

PRÉDIO NA PAULISTA

O reitor reservou um tempo ao final da sessão para justificar a tramitação envolvendo o prédio do antigo Hospital Matarazzo.

Segundo o reitor houve uma grande manipulação das informações por parte da imprensa.

Com a compra do Hospital pela WWI (que, segundo Dirceu, não é constituída pelo capital árabe), foi oferecida uma parceria para a PUC-SP: ela alugaria uma parte do prédio, durante 12 anos, ao fim dos quais ele ficaria com o imóvel pela quantia de treze reais.

Porém, tão logo a WWI ganhou a concorrência começaram a circular pela imprensa versões que colocavam a PUC-SP como compradora do imóvel e a WWI foi colocada como uma empresa de fachada, acostumada à lavagem de dinheiro.

Segundo Dirceu a boataria envolvendo o nome da PUC-SP e da WWI desapareceu misteriosamente quando a empresa impetrou uma ação criminal contra os órgãos de imprensa.

O professor Dirceu de-

clarou que ele agiu com a melhor das intenções. Nos próximos meses o processo deverá tramitar nos conselhos da universidade para que seja tomada uma posição sobre a ida da PUC-SP para o prédio do Hospital Matarazzo.

O professor Fábio Gallo, apesar de não duvidar das boas intenções do reitor, estranhou que o assunto fosse discutido primeiramente com a associação de moradores e depois trazido aos conselhos. Gallo também perguntou ao reitor quem poderia ter passado estas informações falsas à imprensa. O reitor afirmou desconhecer os nomes "Mas certamente deve ser alguém muito poderoso. Isso só é possível quando encontramos uma imprensa mercenária", concluiu o reitor.

Maximização: mais uma renovação?

Com a crise da PUC-SP, em 2006, a reitoria Maura Véras propôs no Consun o mecanismo denominado maximização da resolução 65/78. A resolução, que foi elaborada em 1978, prevê tetos máximos e mínimos de horas para a elaboração dos contratos docentes. Como o orçamento apresentava um grande déficit, a solução foi preencher todos contratos com o limite máximo de horas. Assim um professor que conseguia um tempo integral com até 14 horas em sala de aula, agora tem que dar, no mínimo 18. Essa mudança acarretou mais demissões e, mesmo assim a Fundação/Reitoria tiveram que fazer as demissões em massa, em fevereiro de 2006.

Ficou acertado porém que a maximização seria temporária (com duração de um ano). Fim do período os contratos volta-

riam aos parâmetros anteriores.

O que era provisório foi sendo renovado anualmente pelo Consun como forma de conter a crise. Pior ainda, além das renovações anuais, a Fundação São Paulo criou uma nova tabela salarial, com valores inferiores do que os praticados na tabela normal. Todo professor ingressante é enquadrado na tabela nova, o mesmo acontecendo com os docentes que mudam de categoria funcional. Esse mecanismo criou uma situação ilegal, tanto pela constituição federal, como pelo acordo interno, na qual professores que exercem uma mesma função, com a mesma titulação ganham salários diferentes. Em outubro termina mais um período de maximização e os professores já se perguntam o que poderá acontecer com seus contratos no próximo ano.

GAUCHE NA VIDA

Nesta sessão, apresentaremos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Que tal recorrer ao Drummond? E, para começar, um petardo (ou será uma canelada?) de um sofisticado intelectual britânico sobre as relações entre futebol e capitalismo. O artigo já suscitou muitas críticas lá onde os dois amigos surgiram. Se você tiver contribuições para os próximos números, mande ver (nosso espaço comporta, no máximo, 5000 caracteres, com espaço). Se enviar um bom texto sobre a recente onda de greves na China, será premiado com duas vuvuzelas, com uma única contra-indicação quanto ao modo de usar: nos estádios. Afinal, sou fissurado em futebol. (LFRA)

Futebol, um caro amigo do capitalismo

Terry Eagleton

Se o novo governo Cameron é ruim para quem pretende uma transformação radical, a Copa do Mundo é ainda pior. Ela nos lembra de que é provável que tal mudança seja contida até muito depois de morta a atual coalizão governista. Se qualquer *thinktank* direitista tivesse de inventar um esquema capaz de distrair a multidão da injustiça social e compensá-la por uma vida de trabalho pesado, a solução sempre seria a mesma: futebol. Exceto o socialismo, não se imaginou um modo mais refinado de resolver os problemas do capitalismo. E na concorrência entre socialismo e futebol, este segue anos-luz à frente.

As sociedades modernas negam aos homens e mulheres a experiência da solidariedade, experiência que o futebol proporciona até o extremo do delírio coletivo. Muitos mecânicos e comerciários se sentem excluídos da alta cultura; mas uma vez por semana assistem a representações artisticamente sublimes, executadas por homens para os quais o qualificativo de gênios não resulta, às vezes, hiperbólico. Como em uma banda de jazz ou companhia de teatro, o futebol

une talento individual deslumbrante e abnegado trabalho coletivo, resolvendo assim um problema que há muito tortura os sociólogos. Cooperação e competição, astutamente equilibradas. A lealdade cega e a rivalidade até à morte gratificam alguns dos nossos mais fortes instintos evolutivos.

O jogo mescla glamour e trivialidade em proporções sutis: os jogadores são cultuados como heróis, mas uma das razões pelas quais os reverenciamos é a condição de alter-egos. Poderiam facilmente ser um de nós. Só Deus é capaz desta combinação de intimidade e alteridade e faz tempo que foi superado em celebridade por outro Uno e indivisível, José Mourinho.

Em uma ordem social desnudada de cerimônia e simbolismo, o futebol ajuda a enriquecer esteticamente a vida das pessoas para quem Rimbaud é um dos grandes do cinema. O esporte é um espetáculo, mas, à diferença das paradas militares, convida à intensa participação dos espectadores. Homens e mulheres cujos trabalhos exigem menor esforço intelectual podem exibir uma assombrosa erudição na hora de recordar a história do jogo ou analisar as habilidades individuais dos jogadores.

Doutas disputas, dignas dos fóruns dos antigos gregos, abastecem arquibancadas e pubs. Como o teatro de Bertolt Brecht, o jogo converte as pessoas comuns em experts.

O vívido sentimento da tradição contrasta com a amnésia histórica da cultura pós-moderna, para a qual tudo o que ocorreu dez minutos atrás vai para a lata de lixo das velharias. Existe inclusive um sutil toque transgênero, pois os jogadores combinam a força do lutador com a graça de bailarino/a. O futebol oferece a seus seguidores beleza, drama, conflito, liturgia, carnaval e a ímpar marca da tragédia, para não falar da possibilidade de viajar e voltar da África sem largar a bebedeira. Como uma austera fé religiosa, o jogo determina o que você tem de vestir, com quem deve associar-se, que hinos cantar e que relicário de verdades transcendentem de cultivar. Juntamente com a TV, é a suprema solução para o velhíssimo dilema de nossos amos políticos: o que fazemos com eles quando não estão trabalhando?

Durante séculos em toda a Europa, o carnaval popular, ao mesmo tempo em que proporcionava uma válvula de escape para os sentimentos subversivos das pessoas comuns - pro-

fanando imagens religiosas e zombando dos senhores - podia ser um acontecimento genuinamente anárquico, um antegosto da sociedade sem classes.

Com o futebol é diferente. Podem ocorrer explosões de populismo raivoso como os torcedores se rebelarem contra os figurões empresariais que infestam seus clubes; mas, atualmente, para a maior parte, o futebol é o ópio do povo, para não falar de craque/crack cocaínico. Seu ícone é o impecavelmente conservador e servilmente conformista David Beckham. Os Reds já não são os bolcheviques. Ninguém sério em relação a uma mudança política pode ignorar a necessidade de abolir este jogo. E qualquer grupo que o tentasse teria mais ou menos as mesmas possibilidades de chegar ao poder que o dirigente máximo da British Petroleum de tomar o lugar de Oprah Winfrey.

*Terry Eagleton é filósofo e crítico literário, autor de inúmeros livros, dentre os quais *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997. O texto acima foi publicado no site sinpermiso eletrônico, no dia 4/7/2010. A tradução, feita pelo professor Lucio Flavio Rodrigues de Almeida, foi cotejada com o texto original, publicado no *The Guardian*, de 15/06/2010.*

MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar da repressão, movimento indígena continua na luta

Desde janeiro, uma série de indígenas montaram o Acampamento Revolucionário Indígena na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Os povos originários, entre outras pautas, pedem a exoneração de Márcio Meira e a anulação do decreto 7056/09. Segundo os protestantes, o decreto praticamente "privatiza" a Funai, colocando-a nas mãos de ONGs próximas do governo, o que descaracteriza o objetivo da fundação. Cerca de 150 militantes, de diferentes etnias participam da mobilização.

No dia 10/7, os indígenas sofreram grande repressão de uma operação militar irregular formada pelo Bope, Rotam e PM do DF, em 15 viaturas e dois Ônibus. A operação, de caráter militar, roubou bens essenciais dos acampados e usou de violência e intimidação para tentar fazer com que os indígenas desistissem da manifestação. Em nenhum momento foi mostrada a ordem judicial e o líder da operação, comandante Fábio se recusou a dizer de quem surgiu a ordem da operação policial.

Os indígenas resolveram continuar o acampamento e diziam sair da Esplanada apenas com o fim do decreto ou mortos. No dia seguinte, após a chegada da imprensa, o Comandante Fábio resolveu recuar a operação.

APOIO

Apesar da repressão, estão chegando mais ônibus de movimentos originários para fortalecer a luta contra o decreto 7056/09.

A solidariedade da APROPUC

A APROPUC - vem manifestar solidariedade as famílias do Acampamento Indígena Revolucionário que ocorre neste momento na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Cerca de 150 representantes de várias etnias brasileiras exigem audiência com representantes do Governo Federal, a revogação do Decreto 7056/09, a exoneração do presidente da Funai, Márcio Meira, e de toda a sua cúpula, autonomia indígena na gestão do patrimônio, direitos e interesses, concurso público com garantia de bilinguismo e a cultura dos agentes e professores, criação de mecanismos de controle das verbas federais pelas próprias comunidades, entre outros pontos. No entanto, a resposta que receberam do Governo Federal tem sido o descaso e a violência. No dia 10 de julho, sem mandado judicial, a Polícia Militar do Distrito Federal agiu com violência contra a comunidade acampada no protesto pacífico. As barracas montadas foram des-

truídas, os pertences foram confiscados e vários manifestantes ficaram feridos, inclusive mulheres e crianças. Se já não bastassem os mais de cinco séculos de genocídio ao povo natural das terras brasileiras, temos agora a demonstração da falta de respeito que as autoridades do governo brasileiro têm com as comunidades indígenas. Trata-se de mais um exemplo de criminalização dos movimentos sociais demonstrado pelo Estado Brasileiro. A APROPUC apoia a luta das famílias que estão no Acampamento Indígena Revolucionário e repudia a covardia com a qual eles vêm sendo tratados pelas autoridades brasileiras, somando-se na denúncia contra o descaso e a prepotência com que o Governo Federal vem tratando os indígenas em nosso país. A luta pelos direitos das famílias acampadas deve ser encarada como sendo de todos os movimentos sociais brasileiros.

Diretoria da APROPUC

Marcha Mundial das Mulheres lança documentário

A Marcha Mundial das Mulheres fará no dia 30/7 o lançamento nacional do documentário "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres". O filme retrata a 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mu-

lheres no Brasil. Durante a ação cerca de 3 mil mulheres saíram de Campinas e vieram em marcha para São Paulo. O vídeo, produzido durante os dez dias da ação, traz imagens dos principais momentos da marcha

Coordenação da nova Central Sindical faz sua primeira reunião

A Coordenação Nacional da Central Sindical e Popular se reuniu nos dias 23, 24 e 25/7, no SINSPREV (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência) do Rio de Janeiro. Esta reunião foi a primeira a ser realizada após o Congresso da Clas-

se Trabalhadora e debateu um plano de lutas contra os ataques do governo Lula e da e dos patrões. Foi feito também um balanço do Conclat e foi realizado um debate sobre Estatuto, para os seus devidos ajustes antes de ser encaminhado para registro.

MTST ocupa Ministério das Cidades

O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) ocupou o saguão do Ministério das Cidades, no dia 20/7 em protesto a um despejo ocorrido no mesmo dia. Os militantes do movimento foram recebidos pelo ministro das Cidades, Marcio Fortes, e pelo secretários nacionais de Habitação, Inês Magalhães, e de Programas Urbanos, Celso Carvalho.

Ficou acordado entre as partes uma próxima reunião entre MTST, Terracap e Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que administra terrenos e imóveis da União. O objetivo é identificar terrenos onde seja possível construir moradias pelo Programa Minha Casa, Minha Vida para receber as 600 famílias que foram despejadas da ocupação na região de Brazlândia no Distrito Federal.

OCUPAÇÃO E DESPEJO

No dia 16 de julho, cerca de 600 famílias organizadas pelo MTST, realizaram uma ocupação de um terreno público que pertence à Terracap, empresa estatal que administra todas as terras públicas no DF.

As famílias, além de reivindicar moradias em melhores condições, buscam também chamar a atenção do estado e da mídia, já que o que se menos escuta falar de Brasília, é a respeito de sua periferia. No dia 20/7 as famílias foram violentamente despejadas do terreno e saíram em protesto até o Ministério das Cidades.

ROLA NA RAMPA

APROPUC, CAs e AFAPUC discutem audiência pública

A APROPUC e os Centros Acadêmicos fizeram uma reunião no dia 5/7 para organizar a atuação e pensar o formato da Audiência Pública da comunidade com o reitor e representantes do Consad, em data a ser confirmada. Durante a reunião, foi decidido que será feito um pedido para que a reitoria libere as salas de aula e os funcionários para que todos possam ir à Audiência Pública. Foi marcada uma próxima reunião para organizar o funcionamento da Audiência Pública, a data ainda não está definida. Algumas questões

como o abusivo preço das mensalidades, a drástica redução de bolsas da universidade e dívida da universidade com os professores devem ser os principais temas desta Audiência. Em 2009, os centros acadêmicos, a AFAPUC e a APROPUC organizaram a primeira Audiência Pública, com o então recém-empossado reitor Dirceu de Mello, desde a gestão do professor Antônio Carlos Ronca. À época a comunidade lotou o auditório principal do TUCA para indagar o reitor sobre os rumos da universidade.

Casa Lumme de teatro itinerante no Tuca

Entre os dias 26/7 e 1/8, no TUCA, será realizado projeto de residência teatral itinerante da Casa Lume, com espetáculos, atividades de formação e intercâmbio com artistas de grupos locais. A atividade celebra os 45

anos de TUCA e 25 anos do Lume. Entre as atividades, serão realizados espetáculos, demonstrações técnicas, exposição, palestras e workshops. Para conferir a programação completa, acesse www.pucsp.br/tuca.

21º Encontro de Ex-alunos da PUC-SP

No dia 26/8, às 20h, no Tucarena, será realizado o 21º Encontro de Ex-alunos em comemoração aos 64 anos da universidade. O evento é promovido pelo Centro de Ex-Alunos da PUC-SP. Na ocasião, serão destacadas as turmas que completam 30, 25, 20, 15, dez e cinco anos de formatura (formandos de 80, 85, 90, 95, 00 e 05). Também será realizada uma eleição dos melhores ex-

professores que lecionam desde os anos 50 e 60 na universidade, para votar, acesse www.pucsp.br/ex-alunos. Para confirmar presença, envie um email para ex-alunos@pucsp.br ou pelo telefone 3670-8287. O centro de ex-alunos também criou uma página no twitter http://twitter.com/ExAlunos_PUCSP e Facebook: <http://www.facebook.com/ex-alunospucsp> para integrar os ex-alunos.

No Tuca, apenas três candidatos a Presidência participam de debate

No dia 14/8, no Tuca, será realizado o debate UOL/Folha com apenas três candidatos à Presidência da República. Participarão do evento, José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). As perguntas poderão ser enviadas pela internet e apenas assinantes da UOL ou Folha de S. Paulo podem se inscrever para assistir o evento ao vivo. Apesar do evento ser transmitido por internet e poder ser retransmitido por

outras páginas, a ausência dos demais candidatos fragiliza o debate, pois ignora o programa daqueles que também concorrem à Presidência. O argumento dos organizadores é que esses são os principais candidatos, segundo os levantamentos de institutos de pesquisa. Além disso, o evento que ocorre no TUCA, local simbólico na luta pela democracia do país, praticamente não tem participação da comunidade puquiana.

Exposição reflete sobre meio ambiente

A exposição do artista plástico Walter Miranda *in Totum* continua aberta ao público no Espaço Cultural da Biblioteca Nadir Kfoury

até o dia 31/7. A exposição tem trabalhos que refletem sobre a atual situação do meio ambiente no planeta terra. Confira.

ENFF promove debate sobre estudos contemporâneos

A Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, a Escola Nacional Florestan Fernandes, a Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Unesp, e o Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo estão organizado o seminário de Altos Estudos Contemporâneos.

Os debates ocorrem desde maio e irão até novembro, na Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), que se localiza Praça da Sé, 108, 7º andar. O próximo tema em discussão, no dia 31/7, são as enchentes em São Paulo com a presença dos palestrantes Arlete Moyses, Ermínia Maricato e Delmar Mattes

Seminário debate escola e formação de identidade

Nos dias 27 e 28/7, será realizado o seminário *Escola, docência e formação de identidades*, organizado pelo Pós em Educação: História, Política e Sociedade. No dia 27/7, das 14h às 18h, na sala 100-A do Prédio Novo, será realizada a palestra Escola, construção de identidade conhe-

cimento profissional e, no dia 28/7, Formação inicial, currículo e identidades profissionais de base. As palestras serão ministradas pela professora Amélia Lopes, do Centro de Investigação e Intervenção Educativa e Faculdade de Psicologia e ciências da educação da Universidade de Porto (Portugal).